

Senso Comum: o que fazer para lidar com eles? *

Emílio Gennari

Introdução

Ao queixar-se do peso da exploração, um amigo operário me dizia: *“Se tem uma coisa que me deixa revoltado, é que estamos dando um duro danado, ganhando mal, comendo o pão que o diabo amassou, e ainda tem gente dando graças a Deus ... dizendo que está bom ... que temos sorte de estar empregados. Sabe, não dá para engolir que diante de tudo o que sofremos este pessoal não se mexe pra nada. Ficam esperando que as coisas caiam do céu, que a sorte grande se decida a bater nas portas de suas casas. Não dá pra entender, os caras estão precisando mas não se mexem, não lutam, parecem um bando de desmiolados ...”*

Em nossos dias, não é difícil encontrarmos pessoas que expressam este tipo de sentimentos. O que é quase impossível é conversarmos com militantes e dirigentes sindicais conscientes de que o fato de termos necessidades e interesses comuns não é suficiente para levar um grupo à ação.

A história mostra que tanto a vontade coletiva de mudar os rumos dos acontecimentos, como a situação de passividade das massas, tem como pressuposto a existência de uma cultura que durante um longo período de tempo se consolidou no meio daquele grupo de pessoas. Estamos falando de um conjunto de valores, idéias, formas de comportamento, percepções e vivências que foram tecendo no dia a dia uma identidade e uma visão de mundo comuns à maior parte dos indivíduos daquela fábrica, daquele bairro, daquelas famílias, daqueles movimentos organizados, etc. Neste ambiente, o povo simples desenvolve suas crenças, seu caráter, suas interpretações dos acontecimentos e das relações de poder presentes na sociedade. Nele forja conceitos e expressões que reúnem as vontades dispersas dos indivíduos e servem de base para sua comunicação e práticas diárias.

Estudar o senso comum na perspectiva traçada por Antônio Gramsci, significa mergulhar neste ambiente dinâmico e contraditório que ora alimenta uma situação de passividade, ora impulsiona a ação de um grupo que deseja superar uma determinada ordem social. Isso implica em delinear as características do senso comum, em desvendar os mecanismos de sua produção, reprodução e superação, evidenciando, entre eles, os que constituem a base sobre a qual se iniciará a construção da identidade das classes trabalhadoras.

Uma tarefa nada fácil, porém, indispensável se realmente buscamos estudar a realidade não só para compreendê-la, mas, sobretudo, para transformá-la.

* Este material foi publicado nos Cadernos N.º 201 e 202 (setembro/outubro e novembro/dezembro 2002) do Centro de Estudos e Ação Social de Salvador BA.

1 - Senso comum e bom senso.

“Olha só, ... eu acho que você não entendeu. Deixa eu explicar pra você ...” Todos os dias, nos bares, nos pontos de ônibus, nas feiras e nos mil outros momentos que fazem parte da nossa rotina, ouvimos e repetimos inúmeras vezes frases como estas. Com elas, expressamos idéias sobre os acontecimentos, impressões sobre as pessoas que nos rodeiam, anseios, razões de sofrimento, perspectivas futuras diante de um presente incerto ou valores com os quais procuramos orientar nossa ação quotidiana.

Nesse sentido, cada um de nós

“é um «filósofo», um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” .[1]

Mesmo não sendo filósofos profissionais e não desempenhando na sociedade a função de intelectuais, todos pensamos a realidade, nem que seja a partir apenas dos limites e das características

“da «filosofia espontânea», própria de «todo o mundo», ou seja da filosofia que é contida: 1) na linguagem, enquanto expressão de determinadas noções e conceitos e não somente de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e bom senso; 3) na religião popular e, de conseqüência, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, maneiras de ver e de agir que aparecem naquele que é geralmente chamado de folclore” .[2]

Esta filosofia espontânea reúne de forma acrítica, desordenada e contraditória uma mistura de elementos que incorporam os mais variados aspectos das concepções de mundo, presentes e passadas, de todos os setores sociais. Nela encontramos desde as formas mais primitivas da vida em sociedade aos mais modernos princípios das ciências, dos preconceitos que foram se desenvolvendo no âmbito local até alguns traços dos grandes sistemas filosóficos passados e contemporâneos. Suas expressões mesclam de forma desordenada e contraditória convites à resignação e à paciência com estímulos a tomar consciência de que os acontecimentos têm uma explicação racional.

Se é verdade que na concepção da vida e do ser humano de uma camada social podemos encontrar elementos que lhes são característicos, é também verdade que estes elementos não são imóveis ou imutáveis. Ao contrário transformam-se e enriquecem-se continuamente apropriando-se de aspectos das ciências, dos valores e das opiniões que penetram nos costumes de uma época. O resultado dessa apropriação é refletido diretamente na linguagem dos indivíduos ou dos agrupamentos humanos, e a partir dela é possível avaliar a maior ou menor complexidade de suas concepções de mundo.

“Quem fala só o dialeto ou compreende a língua nacional em diferentes graus, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada,

anacrônica em relação às grandes correntes do pensamento que dominam a história mundial. Os seus interesses serão restritos, mais ou menos corporativos ou economicistas, mas não universais”.[3]

As concepções de mundo nascem, consolidam-se e desenvolvem-se a partir das relações nas quais os indivíduos, ou os agrupamentos humanos, já estão inseridos e das que eles tecem e desenvolvem na sociedade. É o caso, por exemplo, do ambiente familiar, da escola, dos locais de trabalho, do peso das tradições locais, da realidade política, econômica e cultural do lugar onde o indivíduo nasce e no qual forma a sua personalidade, e até da atividade intelectual que nele desenvolvem o padre, o tabelião, o advogado, enfim, todos os pequenos intelectuais cuja posição social faz deles formadores de opinião[4].

Isso significa que toda visão de mundo é ao mesmo tempo expressão das relações de produção dominantes num agrupamento humano e de um determinado grau de reflexão pessoal e coletiva sobre a realidade por elas criada[5]. Ao nascer do seio da sociedade capitalista, não é de estranhar que ela tenda a justificar e ocultar a exploração, a elogiar a propriedade privada como elemento indispensável ao bem comum, a transformar as pessoas em concorrentes obcecados pela posse e pelo consumo, e a mostrar que esta forma de organizar a sociedade é a melhor possível. Mergulhados nas idéias e valores dominantes, os indivíduos, consciente ou inconscientemente, acabam fortalecendo, atualizando ou superando os limites dessa ordem.

Se as relações sociais de produção existentes numa sociedade são o núcleo a partir do qual formam-se e desenvolvem-se as concepções de mundo é óbvio que as classes dominantes assumirão a tarefa de reforçar, transformar, ou, simplesmente, aprimorar os pilares deste núcleo que garante a sua permanência no poder. Entre outras coisas, é fundamental que seus valores, idéias, formas de comportamento e critérios de análise organizem e orientem a vida quotidiana das massas populares, alimentando sua interpretação dos acontecimentos históricos. Ao tornar-se senso comum, passam a servir de referência para o povo simples que, a partir destes elementos, elabora suas normas de conduta e forja uma vontade coletiva sem perceber que elas estão sendo moldadas de acordo com as necessidades das elites.

A visão de mundo gestada e desenvolvida a partir desses elementos não impede que indivíduos e agrupamentos humanos incorporem a ela seus afetos, paixões, interesses individuais e coletivos, anseios, sua leitura peculiar dos acontecimentos e das próprias relações presentes na sociedade. De fato ela é construída num movimento contraditório entre a coerção imposta pelas necessidades da sobrevivência, que gera no homem-massa sentimentos de impotência, medo, submissão ou até de dívida de gratidão, e a busca constante de espaços de liberdade nos quais seja possível reafirmar a subjetividade dos indivíduos negada pela ordem dominante. Apesar de gerar práticas de resistência, não podemos esquecer que as percepções e vivências nascidas neste contexto são elaboradas a partir de uma personalidade educada pelas relações sociais que a rodeiam e, por si só, não levam à destruição dos mecanismos de dominação. Ainda que nos surpreendam pela sua criatividade e espontaneidade, elas tendem a conformar-se novamente com a ordem vigente a partir do momento em que são parcialmente superadas as razões que lhes deram origem, ou seja, quando a exploração volta

àquilo que o senso comum considera como “*justo*” ou “*normal*”.

A manifestação mais clara dessa realidade é a desagregação, a incoerência e a inconseqüência que continuam caracterizando o senso comum, a visão de mundo e a prática que resultam dessas intervenções subjetivas. Estes elementos são característicos daqueles grupos sociais cuja ação desenvolve-se no interior dos limites traçados pelas classes dominantes. A situação de subalternidade deve-se ao fato deles não terem ainda adquirido a consciência de sua função social e, muito menos, a percepção de que seus interesses econômico-corporativos devem superar o estágio em que se encontram para tornarem-se os interesses de outros grupos subordinados, entre os quais devem universalizar sua direção intelectual e moral rumo à destruição de todas as formas de dominação.

Enquanto as massas populares continuam a pensar o cotidiano e sua intervenção organizada na sociedade nos limites traçados pelas idéias, valores, formas de comportamento e critérios de análise elaborados pela visão de mundo das classes dominantes e a incorporar de maneira desordenada e contraditória os elementos oriundos de sua resistência e reflexão diante da ordem existente, sua ação e as particularidades de sua concepção de mundo não constituem uma ameaça às bases de sustentação do sistema. No máximo, indicam que a conexão com os setores subalternos, construída pelas elites, deve evoluir para novos patamares.

Os elementos que acabamos de analisar nos permitem visualizar que no interior do senso comum, onde predominam os elementos que são o produto imediato da sensação bruta, insuficientes para captar a realidade além de suas aparências, há um núcleo sadio que merece ser desenvolvido, tornado unitário e coerente: o bom senso.[6] Suas expressões ainda que completa e contraditoriamente misturadas com o senso comum, revelam

“convites à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece, no fundo, tem explicação racional, e que deve ser assim enfrentado, concentrando as próprias energias racionais sem se deixar arrastar por impulsos violentos e instintivos”.[7]

Isso significa que no bom senso aparece a elaboração primária de um conjunto de experiências anteriores. Trata-se de uma elaboração que tem como base a busca das causas imediatas dos fenômenos sociais que estão ao alcance de sua percepção quotidiana, uma certa dose de experimentalismo, de observação da realidade, ainda que empírica e limitada. Suas expressões mais características são as formas de resistência individuais e coletivas e, sobretudo, um sentimento de desconfiança em relação às crenças ou às interpretações dominantes dos acontecimentos sociais. Porém, ao expressar-se na linguagem do cotidiano, o bom senso revela que a vontade de ação ainda tende a assumir a roupagem de um ato de fé:

“Quando não se detém a iniciativa da luta e a própria luta acaba de identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico torna-se uma força formidável de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. «Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha para mim a longo prazo... etc.». A vontade real assume a roupagem de um ato de fé numa certa racionalidade da história, numa forma

empírica e primitiva de finalismo apaixonado que aparece como substituto da predestinação, da providência, etc., das religiões confessionais. Ocorre insistir sobre o fato de que mesmo nesse caso existe realmente uma forte vontade de ação, de uma intervenção direta sobre a «força das coisas», mas, de fato, ela dá-se numa forma implícita, velada, que tem vergonha de si mesma e, portanto, a consciência é contraditória, falta-lhe unidade crítica, etc.».[8]

Em outras palavras, a presença do bom senso, indica que no cotidiano já está presente uma consciência da exploração que gera revolta e formas de resistência, mas que ainda não se transformou na consciência da necessidade de destruir os mecanismos de dominação existentes e construir uma nova ordem através da ação direta e intransferível da classe. Desse modo, diante das dificuldades da luta, o bom senso, permeado dos valores dominantes, se encarrega de fazê-la recuar nos limites da ordem vigente, recolocando indivíduos e grupos na posição de quem espera outros resolverem os seus problemas ao invés de agirem como classe.

Se, de um lado, as formas de fatalismo do bom senso podem ser fonte de resistência moral, coesão, perseverança paciente e obstinada, de outro, podem levar os indivíduos a uma nova situação de passividade e de resistência às mudanças. Afinal, não podemos esquecer que em suas relações quotidianas o povo simples utiliza constantemente o senso comum como fonte de segurança e autoridade perante todos aqueles que com suas convicções e práticas buscam questionar a veracidade de suas crenças e ações. Desconfiar das novas convicções e normas de comportamento que se afastam daquelas práticas, relações e critérios de análise da realidade típicas do seu grupo social, parece ser uma questão de bom senso. Neste sentido, Gramsci escreve:

“Todos aqueles que sustentam um ponto de vista que contrasta com o seu, por serem intelectualmente superiores e saberem argumentar melhor do que ele, logicamente o colocarão em cheque; em função disso, o homem do povo deveria mudar suas convicções? Somente pelo fato de não ter conseguido fazer valer suas razões ao longo da discussão? Se assim fosse, poderia lhe acontecer de ter que mudar suas posições uma vez por dia, isto é toda vez que encontra um adversário ideológico intelectualmente superior. Mas então quais são os elementos que servem de alicerce para a sua filosofia? E, sobretudo, àquela parte de sua filosofia que para ele tem maior importância por se tornar norma de conduta? Sem dúvida o elemento mais importante não é de caráter racional, mas é de fé. Mas fé em quem e no que? Especialmente no grupo social ao qual pertence na medida em que compartilha amplamente de suas convicções: o homem do povo acredita que não é possível que muitos estejam totalmente errados, assim como o adversário queria fazer crer ao colocar seus argumentos; que se é verdade que ele mesmo não é capaz de sustentar e desenvolver suas próprias razões assim como fez o seu adversário, no grupo ao qual pertence há quem poderia fazê-lo, até melhor do que aquele adversário seu, e ele, de fato, lembra de já ter ouvido expor difusa e coerentemente as razões de sua fé, de tal maneira que ele mesmo ficou convencido. Agora, ele não lembra mais daquelas razões e não saberia repeti-las, mas sabe que existem porque as ouviu expor e ficou convencido. O fato de ter sido convencido uma vez de maneira tão clara é a razão permanente do perdurar de suas convicções, ainda que ele não saiba mais argumentar a seu favor”.[9]

As novas convicções, ainda que aparentemente aceitas pelo homem-massa, não se consolidam nem se transformam mecânica e imediatamente em novas práticas. Para que isso seja possível, as organizações proletárias deverão dedicar-se a um incansável trabalho cultural. Trabalho que Gramsci não identifica com um enumerar contínuo de informações, índices e tabelas estatísticas, ao contrário, para ele cultura é

“organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista da consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e deveres. (...) O ser humano é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza”.[10]

Ou seja, a substituição do senso comum e das velhas concepções de mundo só pode ocorrer através de um processo prático-teórico pelo qual as classes subalternas deverão transitar do estágio da resistência a uma vontade alheia que as oprime, para um intenso trabalho de reconstrução de uma nova ordem e de novas relações sociais que deverá ocorrer paralelamente à desconstrução da velha ordem. Não se trata, portanto, de um processo cujo objetivo central limita-se a uma visão crítica do presente, e sim de um longo caminho no qual busca-se compreender a realidade para transformá-la. Ao mesmo tempo em que transformam a realidade, as classes subalternas aprofundam sua compreensão do presente e assumem o papel de protagonistas das mudanças, de classe dirigente. Entre as tarefas que se fazem necessárias para a superação dos limites e das resistências do senso comum, Gramsci sublinha duas em particular:

“1- a de nunca cansar-se de repetir os próprios argumentos (variando a forma literária); a repetição é o meio didático mais eficaz para atuar sobre a mentalidade popular; 2- de trabalhar incansavelmente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais amplas, ou seja para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que implica em trabalhar para suscitar elites de intelectuais de um novo tipo, que surjam diretamente da massa e permaneçam em contato com ela para tornarem-se elementos de sustentação. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é aquela que realmente altera «o panorama ideológico» de uma época”.[11]

Enquanto permanecem vivas as convicções do senso comum desenvolvido de acordo com os interesses das classes dominantes, o povo simples continua vivenciando o contraste entre o pensar e o agir.

“Este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada em palavras e a outra revelada na ação, não deve ser sempre relacionado à má fé. A má fé poderia ser uma explicação satisfatória para alguns indivíduos considerados singularmente, ou também para grupos mais ou menos numerosos, porém não é uma explicação satisfatória quando esta contradição se revela nas manifestações da vida de amplas massas; nesse caso, só pode ser a expressão de contrastes mais profundos de ordem histórico-social. Significa que um grupo que tem sua própria concepção de mundo, ainda que

embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, irregular e ocasionalmente, quando esse grupo move-se como um conjunto orgânico, toma emprestado de outro grupo, por razões de submissão e subordinação intelectual uma concepção que não é a própria, a afirma em palavras e acredita estar seguindo-a porque é a ela que segue em «tempos normais» quer dizer, quando a conduta não é independente e autônoma, mas de fato submissa e subordinada. Heis, portanto, porque não é possível separar a filosofia da política, e porque pode-se demonstrar, ao contrário, que a escolha de uma concepção de mundo é também um ato político”.[12]

Se é verdade que o senso comum desenvolve-se e define-se ao interagir com a ordem presente na vida social é também verdade que a adesão ou a rejeição de uma alternativa política presente nessa mesma ordem reestruturam o pensamento e reformulam as ações nas quais este se concretiza. As situações de dominação, por exemplo, tendem a criar formas ambíguas de senso comum que se manifestam no processo de submissão-agressão aos dominadores. Gozações e respeito alternam-se reciprocamente e oferecem um comportamento contraditório. É a partir desse desenvolvimento ambíguo das reações das classes subalternas que a memória popular forja suas referências, seus juízos de valor e faz com que o povo adote certos elementos de uma concepção de mundo e não outros. As massas constroem, assim, um mundo extravagante, bizarro e terrivelmente contraditório.

Sem dúvida, porém, todo pensamento, por desorganizado e contraditório que seja, guarda uma relação de coerência e sentido do ponto de vista de sua elaboração histórica. Para entender essa «coerência» do senso comum, temos que estudá-lo como um conjunto de respostas, de conceitos e de ações que as massas populares adotaram para adaptar-se às circunstâncias adversas que enfrentaram ao longo de sua história. Estas adaptações, que foram sucedendo-se no passado de um povo e tem se sedimentado na sua visão de mundo, constituem os recursos culturais que, individual e coletivamente, devem ser incorporados e reelaborados criticamente para que possam constituir o ambiente no qual serão gestadas a identidade da classe e o seu projeto de intervenção na sociedade:

“O começo da elaboração crítica é a consciência do que realmente somos, isto é, um «conhece-te a ti mesmo» como produto do processo histórico desenvolvido até agora e que deixou em ti uma infinidade de vestígios, recebidos sem benefícios de inventário. E, de início, é necessário realizar esse inventário”.[13]

Em outras palavras, entre os primeiros passos do trabalho cultural encontramos a necessidade de levar as pessoas a perceberem a que interesses correspondem as afirmações do senso comum e do bom senso, como estas afirmações estão em contradição entre si e quais são os limites da própria compreensão do bom senso e das práticas por ele geradas. Para cumprir com esta tarefa, é imprescindível que intelectuais e militantes dominem um sólido instrumental teórico, desenvolvido a partir de uma compreensão crítica da realidade e orientado para a construção do socialismo.

2 - Classes dominantes e senso comum:

2.1 - Conformismo e subalternidade.

À «filosofia espontânea» das massas, bizarra, contraditória e inconseqüente, contrapõe-se a filosofia sistemática e homogênea dos intelectuais das classes dominantes. Esta última, que revela uma certa unidade entre a prática e a teoria, busca permear permanentemente todos os aspectos da vida em sociedade para moldá-los e adequá-los às necessidades de manutenção e aprimoramento da ordem. Assim, este grupo visa construir uma identidade cultural com o povo simples através de um amplo processo de universalização dos seus valores, práticas, idéias e critérios de análise da realidade.

Esta identidade, por sua vez, será o resultado do embate da ideologia dominante com as expressões do senso comum, cujo sentido poderá ser incorporado, superado, atualizado ou radicalmente transformado para garantir, em maior ou menor grau, a conexão entre as massas populares e os grupos dirigentes/dominantes.

Por estas primeiras colocações já podemos perceber que a situação de subalternidade não é sinônimo apenas de submissão à dominação econômica, mas é também um processo de constante incorporação das interpretações da realidade típicas dos setores que detém o poder, o que implica em aceitar como legítimas e viáveis suas formas de organização e intervenção política. Ao incorporar a direção intelectual e moral dada pelos intelectuais das elites, o homem-massa começa a pensar o futuro no interior da ordem dominante, a fazer com que sua vontade coletiva seja construída de acordo com os interesses das elites e nos limites por elas delineados.

É importante ressaltar que o conformismo social que resulta desse processo não pode ser entendido apenas como sinônimo de passividade frente às condições atuais. A conformação da personalidade do homem-massa é um processo que não pode limitar-se a um intenso trabalho de desconstrução das identidades presentes no povo simples. A estabilidade da ordem vigente exige que as classes dominantes se dediquem a um trabalho de reconstrução de uma vontade coletiva que leve o homem-massa a uma adesão ativa aos valores e às práticas dominantes ou que tendem a tornarem-se dominantes.

No ensaio sobre americanismo e fordismo, por exemplo, Gramsci vai delineando o processo de destruição do trabalhador de ofício, enquanto possuidor privado do saber e portador de uma conduta que não responde às necessidades da produção introduzidas pelo trabalho repetitivo das linhas de montagem. Paralela e simultaneamente, os empresários se dedicam à construção de um novo operário, desqualificado de todo saber maior e cuja vida devia ser pensada e organizada a partir das necessidades oriundas da reestruturação do ambiente produtivo. Por parte do operário, trata-se de assumir a nova disciplina do trabalho, os novos costumes, a moral e a identidade familiar propostas/impostas pelas empresas, não como um peso e sim como o caminho que garante uma situação salarial privilegiada em relação aos demais trabalhadores.

Os preconceitos são outro exemplo de como o conformismo não é apenas sinônimo de passividade mas produz ações orientadas de acordo com as exigências dos grupos dominantes. Os preconceitos, de fato, são elementos que orientam a conduta das massas populares e as levam a

assumir e vivenciar práticas que produzem no seu meio uma forte tensão desagregadora. A discriminação racial, religiosa, sexual, de gênero, o preconceito que se manifesta na relação campo-cidade, são obstáculos que diariamente dificultam o processo de construção da identidade das classes trabalhadoras e impedem que elas se tornem classe dirigente.[14]

Sendo assim, não é difícil perceber, que as classes dominantes chamam de bom senso, ou até de verdade, exatamente aquele conjunto de práticas, convicções, percepções, crenças e vivências que criam condições favoráveis para a manutenção de sua ordem, para a implementação das mudanças que nela se fazem necessárias para garantir a estabilidade de uma correlação de forças favorável; enfim, bom senso será tudo aquilo que abre caminhos para o máximo desenvolvimento do grupo dominante. É nesse contexto que, ao analisar uma matéria do filósofo italiano Giovanni Gentile, Gramsci comenta:

“Gentile escreve: «a filosofia poderia ser definida como o grande esforço levado adiante pela reflexão do pensamento para alcançar a certeza crítica das verdades do senso comum e da consciência ingênua, daquelas verdades que, pode-se dizer, todo homem sente naturalmente e que constituem a estrutura sólida da mentalidade da qual ele se serve para viver». (...) Mais adiante Gentile acrescenta: «o homem sadio acredita em deus e na liberdade do seu espírito». Assim, nestas duas frases já podemos observar: 1) uma «natureza humana» extra histórica que ninguém sabe exatamente o que é; 2) a natureza humana do homem sadio; 3) o senso comum do homem sadio que pressupõe também a existência de um senso comum do homem não sadio. Mas o que se entende por homem sadio? Fisicamente sadio? Que não seja louco? Ou que pensa de maneira sã, de acordo com a ordem corrente, filisteu etc.? E o que será que ele entende por «verdades do senso comum»? (...) Isso não significa que no senso comum não estejam presentes algumas verdades. Significa que o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, de múltiplas formas, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contra senso. Pode-se dizer com precisão que uma certa verdade tornou-se senso comum para indicar que ela difundiu-se para além dos círculos intelectuais, mas, nesse caso, estaríamos fazendo somente uma constatação de caráter histórico e uma afirmação de racionalidade histórica: neste sentido, com a reserva de que ele seja empregado de maneira sóbria, o argumento tem o seu valor exatamente porque o senso comum é mesquinhamente adverso ao novo e conservador e o fato de ter conseguido fazer penetrar nele uma nova verdade é uma prova de que esta mesma verdade tem grande força de expansividade e evidência”.[15]

Nesta altura, uma pergunta se impõe à nossa reflexão: qual é o mecanismo central pelo qual as classes dominantes fazem avançar o senso comum de acordo com a ordem por elas desejada?

Podemos dizer que trata-se de um processo de constante **naturalização das relações históricas que as classes vivenciam no seu cotidiano**. Ou seja, a exploração, a dominação, a marginalização social, a pobreza e todo tipo de dificuldade que o povo simples enfrenta na sua luta diária pela sobrevivência não aparecem como sendo produto de determinadas relações sociais de produção que se desenvolvem num contexto histórico e atendem a interesses bem definidos, e sim

como componentes *naturais* de qualquer sociedade, como algo que sempre existiu e, apesar do variar de suas formas, sempre existirá. Se já era e é assim ... é natural que sempre será assim!

Por isso, tanto nos contos de fada como nas comédias que encenam o cotidiano, na forma pela qual os jornais descrevem os acontecimentos diários e na própria linguagem, as pessoas encontram-se “por acaso” e “por acaso” agem, se relacionam, entrelaçam seus interesses com os de outros indivíduos, que, por sua vez, são também vítimas do acaso, ou seja, de algo que não pode ser controlado e dirigido.[16] Dessa forma, a aparência das relações sociais não só oculta os mecanismos de dominação a ela subjacentes como abre caminhos para que o homem-massa não perceba a si mesmo como artífice da vida social, passe a ver a sociedade como independente dele e a política como algo sobre o qual não detém o menor controle:

“Os fatos amadurecem na sombra, porque mãos não vigiadas por controle algum tecem a teia da vida coletiva, e a massa ignora”. [17]

Somente quem controla os processos sociais beneficia-se de toda essa maneira de interpretar a vida em sociedade. De fato,

“o que significa dizer que uma certa ação, uma certa maneira de viver, uma certa atitude e costume são «naturais» ou que eles, ao contrário, são «contrários à natureza»? Cada um no seu coração acha que sabe exatamente o que isso significa, mas se a ele pedimos uma resposta explícita e fundamentada logo percebemos que a questão não é tão simples como parecia. De início, precisamos dizer que não podemos falar da «natureza» como de algo estático, imóvel e objetivo. Percebemos, porém, que quase sempre o termo «natural» é sinônimo de «justo e normal» de acordo com a nossa consciência histórica atual, mas a maioria do povo simples não tem consciência dessa atualidade histórica determinada e considera sua maneira de pensar eterna e imutável”. [18]

Se para o povo simples o que é natural é, obviamente, *justo e normal*, ainda que inexplicável, então as relações presentes na sociedade não podem ser mudadas nos seus fundamentos. Dessa forma, tudo o que é diferente, diverso, que questiona a ordem existente passa a ser percebido pelo homem-massa como violência, caos, artificialidade, ocultando assim o caráter violento e classista da própria ordem burguesa. A rejeição de tudo aquilo que ameaça a ordem faz da passividade e da indiferença dois poderosos instrumentos de conformismo social. É desse contexto que nasce a imagem típica do cidadão comum, o *“homem que espera acontecer”*. A seu respeito Gramsci escreve:

“Gosto muito de me encontrar e conversar com ele. É um observador imparcial da história que se desenrola ao seu redor. Não é um homem de ação porque não deu sua adesão a nenhum programa concreto. Não é um temperamento crítico, porque para criticar é preciso distinguir; para distinguir é preciso ter um critério, uma idéia geral, um apriorismo polêmico”. [19]

O *“homem que espera acontecer”* é ainda um homem que vive de saudades, que até pode

estar lendo ansiosamente os jornais diários, mas que por não penetrar na essência dos fatos é seguidamente surpreendido pela história. Pertence à sociedade, mas age nela sem tomar partido, exatamente como Don Abbondio, personagem do romance Os noivos, que na literatura italiana é o que melhor representa essa personalidade do homem-massa:

“«Don Abbondio não era um leão», escreve Manzoni,[20] e como a má sorte o fez viver numa época malvada na qual os que não eram leões eram devorados, e na qual o poder era a única fonte inspiradora da, assim chamada, justiça desse mundo, ele decidiu tornar-se padre para ser deixado em paz. Pregou o cristianismo, mas, temendo os poderosos, abandonou os pobres ao seu destino e, ainda que um seu gesto de audácia, quando o cumprimento do dever o impunha, poderia ter evitado o mal, ele deixou que o mal se cumprisse porque tinha medo da vingança e temia perder o seu cantinho sossegado e o seu copo diário de bom vinho”.[21]

Agora, a quem caberá a tarefa de aliviar as injustiças e levar a bom termo os problemas mais prementes da sociedade se o modelo de cidadão educado pelas classes dominantes é o **“homem que espera acontecer”**? Naturalmente, a algum herói, ministro, presidente, ao próprio Estado burguês representado ora por suas organizações públicas e privadas, ora pelos representantes das mesmas, ou ainda à ação misericordiosa dos santos reafirmada a cada instante pelas práticas religiosas. Ao comentar a posição dos católicos que invocavam o auxílio de Nossa Senhora para pôr fim à primeira guerra mundial, Gramsci escreve:

“Eles esperam a redenção pela graça, invocam a boa vontade dos santos quando seria mais oportuno apelar àquela dos homens”.[22]

Em outras palavras, o senso comum é levado a buscar fora da história as respostas aos conflitos sociais que são produto das relações históricas ou, ainda, a fazer com que o homem-massa delegue a outros a solução dos problemas que fazem o seu dia a dia da vida em sociedade e cuja solução definitiva, na verdade, depende somente de sua intervenção organizada enquanto classe.

Para as elites trata-se, portanto, de fazer com que o senso comum seja progressivamente alimentado pela **esperança** num futuro melhor. Esperança que deve levar o homem-massa a confiar, a acreditar que tudo pode melhorar, que num passe de mágica a história pode mudar o seu curso. É um processo tão importante que ocupa até um lugar de destaque no próprio calendário: a chegada do novo ano.

“Odeio estas passagens de ano que tem data marcada, que fazem da vida e do espírito humano uma empresa comercial com seus relatórios, balanços e previsões para a nova gestão. Elas fazem perder a percepção da continuidade da vida e do espírito. Acaba-se por acreditar de verdade que entre um ano e outro ocorra uma solução de continuidade e que comece uma nova história, e todos renovam os propósitos, arrependem-se dos erros etc. (...) Assim a data torna-se um empecilho, uma parede que impede de ver que a história continua a desenrolar-se sem que sua linha fundamental tenha sofrido mudanças e sem paradas bruscas”.[23]

Mas isso não é tudo. De fato, ocorrem na sociedade denúncias de injustiça institucionalizada, de corrupção, de roubo e de abuso que atingem a coletividade em diferentes graus. São situações tão gritantes e tão claras que seria possível identificar os culpados, desmascará-los e cobrar deles a reparação dos danos impostos à sociedade. Nestes casos, os formadores de opinião não hesitam em referir-se genericamente ao *sistema*, como culpado de todos os males:

“Neste caso o Sistema torna-se um fantasma evanescente, pois a opinião pública foi golpeada só indiretamente e nenhum cidadão poderia dizer com precisão como e em quanto foi prejudicado. O Sistema, de fato, foi apontado como o único culpado na abundante vindima de dinheiro público que foi realizada, e que está ainda em andamento, pelos empresários que fornecem material bélico ao Estado.[24] Era fácil saber quem havia assinado os contratos com o Estado, assim como era fácil calcular até os centavos da quantia de dinheiro que havia sido subtraída ao Tesouro Nacional pelos abusos nos preços, pelo não cumprimento dos contratos etc. Todo contrato, de fato, pressupõe a identificação precisa das partes que o assinam. Mas é perigoso jogar a culpa nas pessoas quando estas podem ser identificadas; iria se concretizar uma situação de mal estar que seria objetivada: e é exatamente isso que os jornais da burguesia procuram evitar com todo cuidado”.[25]

Mas quando os cidadãos são diretamente atingidos, por exemplo, pela alta dos preços dos produtos de primeira necessidade, pelo desabastecimento, pelo tempo perdido nas longas filas do pão, e isso gera situações de descontentamento e de conflito, culpar o Sistema seria extremamente perigoso. Ele não seria mais um fantasma evanescente, mas algo que pode ser facilmente identificado com as perdas, com a situação de mal estar e com os problemas que cada indivíduo deve encarar no seu cotidiano. Isso poderia levar as massas a questionar violentamente as relações e os mecanismos de exploração presentes na sociedade. Nesses casos, a figura do atravessador é o fantasma que é abertamente apontado como causa de todos os males. E não é para menos,

“de fato, todos sabem muito bem que ele não pode ser encontrado, pois para isso seria necessário impedir que os produtores da região viessem vender suas mercadorias ao mercado de Porta Palazzo, e que os caixeiros viajantes e os forasteiros saíssem da cidade”.[26]

Ou seja, as trocas comerciais e as relações que elas estabelecem deveriam ser congeladas e suspensas e isso criaria de imediato dificuldades ainda maiores à vida dos cidadãos.

Em casos extremos, quando se trata de garantir a confiança no Estado e nas suas instituições, as próprias classes dominantes podem sacrificar um ou outro de seus representantes. Em geral, porém as responsabilidades de seus crimes são diluídas e até parcialmente justificadas por um apelo indireto à consciência e à omissão coletivas frente aos fatos, ou, ainda, à profunda vivência de alguns valores morais. Ao comentar a forma pela qual havia sido noticiado o pedido de demissão de um assessor da prefeitura de Turim *“acusado de ter permitido que na padaria de sua propriedade fosse fabricado pão de peso e forma que não correspondiam às prescrições legais”* e que em sua defesa havia afirmado ter feito isso para atender às necessidades de sua esposa doente de estômago, Gramsci

comenta:

“Dessa forma o padeiro Ratti seria culpado de uma simples distração: o crime, na verdade, teria sido cometido pelos seus operários, estes infames. E ainda, o próprio crime seria muito banal: peso e forma do pão; não desperdício de farinha, não consumo privilegiado de pão branco enquanto a maioria da população, incluindo nela as crianças e os que estão pra morrer, são obrigados a comer pão preto e duro. (...)

Dessa forma, após as oportunas e astutas erosões dos fatos, o assessor Carlo Ratti aparece como um coitado qualquer, culpado de um excesso de amor para com a sua família. E a família, como todos sabem é um dos alicerces da sociedade”.[27]

A esta altura, é importante sublinhar também que este processo de naturalização das relações históricas, de ocultação dos interesses de classe tem como pressuposto a destruição da memória e da identidade coletivas construídas ao longo da história e a reconstrução em seu lugar de uma releitura do passado que incorpore os valores dominantes. Além das universidades, das escolas, dos jornais, das revistas, do teatro e de todas as formas nas quais é organizada a vida do Estado, esta destruição e reconstrução deve permear os mais recônditos meandros da vida quotidiana, seus aspectos devem ser reafirmados e repetidos, ainda que inconscientemente, pelas pessoas mais simples e incultas. É assim, por exemplo, com os nomes das ruas da cidade que a burguesia se encarrega de substituir e atualizar de acordo com as necessidades de sua visão de mundo. Ao comentar a mudança dos nomes das ruas de Turim realizada por uma comissão municipal especialmente convocada para cumprir com esta tarefa Gramsci comenta:

“A cidade dos artesãos era toda impregnada da vida artesanal da idade média, em todos os seus aspectos, em todas as suas manifestações e, de consequência, também no nome das ruas. Cada nome representava uma parte da vida, era a lembrança de um momento da vida coletiva. Os nomes das ruas eram uma espécie de patrimônio comum de lembranças e afetos que uniam cada indivíduo com os laços da solidariedade presente na lembrança”.

Por sua vez, os novos nomes que homenageiam reis príncipes, ministros, generais e outras personalidades que a burguesia considera ilustres, são

“sons inertes, que não suscitam nenhuma imagem da vida, que caem no fundo da consciência material, morta, que não criam vínculos com o passado, que com um ato violentamente ilógico rasgam os laços tradicionais entre o homem e a rua. Os novos nomes das ruas tornam-se um museu, um cemitério de ilustres desconhecidos, um ajuntamento de ossos podres e esbranquiçados pelo oportuno esquecimento, porque melhor ressaltam quem realmente atuou na história”.[28]

Os aspectos que analisamos, além de educar o consenso das massas populares abrem o caminho para que os setores dominantes organizem através de símbolos e ídolos a vontade dispersa das massas. Dessa forma, ao trabalhar com a emoção e não com a razão, levam os indivíduos a

perderem o senso crítico perante a realidade e ocultam os interesses de classe que nela estão em jogo.[29] Mas, para isso, é necessário que os intelectuais das classes dominantes realizem uma intensa atividade ideológica capaz de atingir as mais diferentes camadas da população.

2.2 - O papel dos intelectuais das classes dominantes.

Gramsci constata que todo setor da sociedade, ao fazer seu aparecimento no contexto de uma função essencial no mundo da produção econômica

“cria ao mesmo tempo e organicamente uma ou mais castas de intelectuais que lhe proporcionam a homogeneidade e a consciência da própria função não só no campo econômico, mas também no político e social: o empreendedor capitalista cria ao mesmo tempo o técnico da indústria, o especialista em economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.”.[30]

De fato, tão importante quanto organizar as condições materiais da exploração das classes trabalhadoras é desenvolver e consolidar os aspectos culturais que levam os próprios trabalhadores a submeterem-se às exigências da mesma e a integrarem-se, ativa ou passivamente, à sua ordem. Nesse contexto, ao analisar a realidade italiana, Gramsci distingue dois tipos de intelectuais. Os de tipo urbano, crescidos à sombra da indústria, desempenham um papel que pode ser comparado ao dos oficiais subalternos do exército:

“não têm nenhuma iniciativa autônoma na hora de elaborar os planos de trabalho; constroem a relação entre a massa instrumental e o empreendedor articulando a primeira com o segundo, viabilizam a imediata execução do plano de produção estabelecido pelo estado maior da indústria, controlando cada etapa do processo de produção”.[31]

E os de tipo rural, ligados à massa camponesa e pequeno burguesa

“põe a massa camponesa em contato com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães etc.) e através desse mesmo serviço desempenham uma grande função político-social, pois a mediação profissional dificilmente pode ser separada da mediação política”.[32]

Apesar das diferenças nas funções por eles desempenhadas, tanto os intelectuais de tipo urbano, como os de tipo rural, são considerados por Gramsci como

“os «funcionários» do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, ou seja: 1- do consenso «espontâneo» dado pelas grandes massas da população às diretrizes impressas à vida social pelo grupo dominante fundamental. Consenso que «historicamente» nasce do prestígio (e, portanto, da confiança) conferido ao grupo dominante pela sua posição social e pela sua função no mundo da

produção; 2 - Do aparelho de coerção do Estado que garante «legalmente» a disciplina dos grupos que não «consentem» nem ativa e nem passivamente, mas que é preparado e aprimorado para toda a sociedade em previsão daqueles momentos de crise de autoridade e de comando nos quais vem a faltar o consentimento espontâneo das massas».[33]

O papel dos intelectuais, portanto, é de organizar e garantir constantemente a conexão entre o grupo dominante/dirigente e as massas populares, ou seja, de aprimorar as condições que permitem a superação de um determinado senso comum, ou de alguns de seus aspectos, e a criação de outro mais intimamente ligado à concepção de mundo dos grupos que se encontram no poder e às necessidades de sua ordem.

Na Itália da primeira metade do século XX, Benedetto Croce é o filósofo que, apesar de seu declarado apoliticismo, mais contribui para fazer avançar o senso comum na direção desejada pelas elites[34]. Croce não escreve livros de teoria, mas breves estudos nos quais dialoga com as várias linhas de pensamento presentes na sociedade. Seus trabalhos, escritos em linguagem simples e acessível, têm como público alvo sobretudo os professores de primeiro e segundo grau. Esta opção estratégica deve-se ao fato de que as universidades são poucas e o acesso a elas restrito a um pequeno número de estudantes, enquanto os professores dos graus inferiores estão presentes em toda a Itália e em contato direto com um grande contingente de pessoas. Essa realidade cria condições favoráveis para uma forte expansão do seu pensamento e do senso comum por ele produzido ao nível das massas populares. É nesse sentido que Gramsci comenta:

“Croce escreveu centenas e centenas de breves ensaios (recensões, apostilas) nos quais o seu pensamento idealista circula intimamente, sem pedantismos escolásticos. Cada solução parece valer em si mesma, ser aceitável independentemente das outras soluções, precisamente enquanto é apresentada como expressão do bom senso. Mais ainda, a atividade de Croce apresenta-se essencialmente como crítica, começa por destruir uma série de preconceitos tradicionais, por mostrar que são falsos e inseqüentes inúmeros problemas que eram o cômico «dadá» dos filósofos precedentes etc., identificando-se nisto com a atividade que o senso comum havia sempre demonstrado diante destas velharias».[35]

“Deste modo, as soluções de muitos problemas terminam por circular, tornadas anônimas penetram nos jornais, na vida quotidiana e temos assim uma grande quantidade de «crocianos» que nem sabem que o são etalvez nem tem conhecimento de que Croce existe».[36]

As intervenções de Croce, portanto, não tem por objetivo levar as massas populares a superarem a sua visão fragmentada da realidade, e sim a reorganizá-la e educá-la dando um novo sentido às práticas quotidianas e às expressões pelas quais estas se manifestam no senso comum. Este processo de permanente adequação do senso comum às necessidades da ordem dominante deve estar intimamente vinculado às vivências quotidianas do homem massa, deve, portanto, assumir a forma de algo que pode ser imediatamente realizado, que está ao alcance da mão e trará benefícios, ou simplesmente, evitará sofrimentos piores. De conseqüência, não pode limitar-se à apresentação de

conceitos, a algo que permanece no campo teórico ou cujas possibilidades de realização perdem-se num tempo distante, indefinido, pois isso levaria o senso comum das massas populares a desenvolver um sentimento de rejeição e de desconfiança. Rejeição e desconfiança que já foram incorporadas na sua linguagem:

“Na linguagem comum o termo «teórico» é usado no pior sentido, para indicar algo «doutrinário», ou, melhor ainda, «abstrato». A mesma sorte teve a palavra «idealista» que do sentido técnico filosófico passou a simbolizar «alguém que anda nas nuvens» etc. O fato de algumas palavras terem adquirido esse sentido pejorativo não ocorreu por acaso. Trata-se de uma reação do senso comum contra certas degenerações culturais etc., mas o «senso comum» agiu, por sua vez, como um filisteu, como elemento mumificador de uma reação justificada num estado de espírito permanente, numa preguiça intelectual tão degenerada e nojenta quanto o fenômeno que queria combater. O «bom senso» reagiu, o «senso comum» empalhou a reação e a transformou num cânone teórico, doutrinário, idealístico”.[37]

Um outro aspecto que é necessário ressaltar é a forma pela qual é viabilizada a criação de um novo senso comum e bom senso pelas classes dominantes. De imediato, o senso comum nunca é abertamente rejeitado ou desqualificado pelos formadores de opinião, em nome de uma suposta superioridade intelectual. Esta atitude, de fato, geraria um ambiente adverso à evolução desejada e poderia acabar fortalecendo os próprios aspectos do senso comum que devem ser objeto de transformação. Trata-se de fazer com que a introdução de novos lugares comuns seja percebida como algo natural pelo homem-massa e para isso faz-se necessária uma aproximação amigável que busca ganhar sua atenção e abrir um canal de comunicação com ele. Neste sentido, após listar e descrever uma série de revistas presentes no território nacional, e algumas delas somente a nível local, Gramsci comenta:

“Em geral estas revistas podemos dizer que pertencem à esfera do «senso comum» ou «bom senso», porque se propõem a modificar a opinião média de uma certa sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando, enfim introduzindo «novos lugares comuns». Quando bem escritas, com vivacidade, aparentando um certo distanciamento (de forma tal que não pareçam ser o sermão de um pregador), mas, ainda assim, demonstrando um interesse cordial para com a opinião média, as revistas desse tipo podem ter uma grande difusão e uma profunda influência. Não devem ter nenhuma «carranca» de caráter científico ou moralizador, não devem ser «filistéias» ou acadêmicas, nem parecer fanáticas ou excessivamente partidárias: devem colocar-se no próprio terreno do «senso comum» afastando-se dele apenas o suficiente para permitir o sorriso do gozador, mas nunca uma atitude de desprezo ou de soberba superioridade”.[38]

Se é verdade que o papel dos intelectuais é o de garantir a conexão entre as elites e as classes subalternas, é também verdade que sua ação ao fazer evoluir o senso comum de acordo com as necessidades da ordem dominante prepara também as condições que proporcionam a manutenção ou o aprofundamento da situação de exploração dos trabalhadores. A análise que Gramsci faz das mudanças implantadas no ensino, nos oferece um exemplo concreto de quanto acabamos de afirmar.

Na velha escola o estudo das gramáticas latina e grega, bem como das correspondentes literaturas e histórias políticas, que não visa um fim prático profissional, satisfaz toda uma série de exigências pedagógicas e psicológicas. Estas matérias têm o objetivo de contribuir para

“o desenvolvimento interior da personalidade e a formação do caráter através da absorção e da assimilação de todo o passado cultural da moderna civilização européia. Não se aprendia o latim e o grego para saber falar estas línguas, para servir de garçom, de intérprete ou de correspondente comercial. Aprendia-se a fim de conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, isto é, a fim de ser e de conhecer conscientemente a si mesmo. As línguas latina e grega eram aprendidas segundo a gramática, mecanicamente; mas existe muita injustiça e impropriedade na acusação de mecanicidade e de aridez. Lida-se com uma rapaziada que deve ser levada a contrair certos hábitos de diligência, de exatidão, ou até mesmo de compostura física, de concentração psíquica em determinados assuntos, que não podem ser adquiridos senão mediante uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos. (...) Aprende-se latim (ou melhor estuda-se latim), analisando esta língua em suas particularidades mais elementares, como uma coisa morta, é verdade, mas qualquer análise feita por uma criança só pode ser sobre coisas mortas; ademais é preciso não esquecer que, onde este estudo é feito, nestas formas, a vida dos antigos romanos é um mito que, em certa medida, já interessou à criança e ainda a interessa, de modo que está sempre presente no morto um vivente ainda maior. E, além disso: a língua é morta, é analisada como uma coisa inerte, como um cadáver na mesa anatômica, mas revive continuamente nos exemplos, nas narrações”.[39]

Assim, o estudo das línguas “mortas” nos oito anos que seguem ao nível primário habitua os alunos

“a raciocinar, a abstrair esquematicamente ainda que já possuam a capacidade de voltar da abstração à vida real imediata, a fim de perceber em cada fato ou dado o que há nele de geral e de particular, o conceito e o indivíduo. E, do ponto de vista educativo, o que significa a constante comparação entre o latim e a língua que se fala? A distinção e a identificação das palavras e dos conceitos, toda a lógica formal, com as contradições dos opostos e a análise dos distintos, com o movimento histórico do conjunto lingüístico, que se modifica no tempo, que tem um devir e não é tão somente uma estaticidade”.[40]

É neste período, no qual o aprendizado não está diretamente vinculado a uma especialização profissional, que o aluno pode desenvolver ao mesmo tempo uma disciplina de estudo e alcançar um patamar inicial de conhecimentos a partir dos quais pensar, criticar e transformar a realidade. É verdade que a escola tradicional, em função da crise na qual se encontra o clima cultural difuso por tradição em toda a sociedade italiana e do seu distanciamento da vida da própria sociedade, deve passar por um processo de reformas. Mas, ao valorizar o ensino profissionalizante e fazer cair em segundo plano uma formação intelectual que pode elevar o senso crítico dos alunos, a reestruturação da escola cria as condições para perpetuar e cristalizar as diferenças sociais. Ainda que apresentada e louvada como “democrática” perante toda a sociedade,

“A multiplicação dos tipos de escola profissional tende a eternizar as diferenças tradicionais, mas, como nestas diferenças ela tende a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. Por exemplo: ajudante geral e operário qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em permitir que o ajudante se torne operário qualificado, mas em que cada cidadão possa tornar-se «governante» e que a sociedade o coloque, ainda que «abstratamente», nas condições gerais de poder tornar-se tal; a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido do governo com o consentimento dos governados) assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita da capacidade e da preparação técnica geral necessárias ao fim. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais a conservar sequer esta ilusão, já que ela cada vez mais se organiza para restringir a base da camada governante tecnicamente preparada”.[41]

Para os filhos das classes dominantes, não é um problema que a escola pública seja fraca. Além de viver num ambiente familiar que fornece estímulos ao estudo, dispõem de recursos financeiros com os quais podem ter acesso ao ensino privado ou superior, viagens ao exterior, cursos extracurriculares, enfim tudo aquilo que pode contribuir para ampliar sua bagagem cultural e desenvolver sua capacidade de direção e de comando.

Por outro lado, o empobrecimento dos conteúdos desenvolvidos na escola traz sérios problemas aos filhos do povo simples. Podendo contar apenas com as noções que recebem na sala de aula, terão negado o acesso àquela bagagem teórica mínima que pode ajudá-los a ter uma visão crítica da sociedade e a serem pessoas capazes de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige os passos da vida em sociedade. Por incrível que pareça, o ensino profissionalizante, introduzido com o pretexto de reduzir a situação de miséria da população, acaba criando as condições para ampliar e perpetuar a exploração e as desigualdades sociais.

2.3 - Linguagem, senso comum e hegemonia.

Ao longo do nosso trabalho já citamos em várias ocasiões a questão da linguagem. Mas, por que é tão importante o seu estudo? Por que Gramsci dedicou páginas e páginas à análise e à compreensão dessa questão?

A resposta a ambas as perguntas está no fato de que a linguagem é o elemento que, no cotidiano das relações sociais, tende a homogeneizar a compreensão e a vivência de uma determinada ordem e, de conseqüência, a consolidar a concepção de mundo correspondente.

É na linguagem que, de fato, se codificam as relações sociais e através dos seus signos cada setor que compõe a sociedade expressa o que era, é, e quer ser. Este movimento define e redefine constantemente a linguagem fazendo com que suas expressões ganhem novos sentidos, sejam

permeadas de novos anseios, apontem para aspectos que buscam manter ou atualizar a ordem existente de acordo com as necessidades, a autonomia, a identidade e a concepção de mundo de cada ator social.

Esse movimento, para Gramsci, pode ser percebido e visualizado no próprio estudo do desenvolvimento da gramática através do qual pode-se perceber a história das relações sociais. Além da “*gramática imanente*” a toda linguagem, encontramos nela a existência

“de fato, ou seja de forma não escrita, de uma (ou mais) gramáticas «normativas» constituída pelo controle recíproco, que se manifesta na pergunta: O que é que você entendeu? O que você quer dizer com isso? Explica melhor, etc., com a caricatura e a gozação etc. Todo esse conjunto de ações e reações levam a determinar um conformismo gramatical, ou seja, a estabelecer «normas» ou a expressar juízos do que é correto ou incorreto etc. Mas este manifestar-se «espontâneo» de um conformismo gramatical é necessariamente desconexo, descontínuo, limitado a estratos sociais locais ou a centros locais, etc. (Um camponês que vai para a cidade, em função da pressão exercida sobre ele pelo ambiente urbano, acaba conformando-se à linguagem da cidade; na roça busca-se imitar a linguagem da cidade; as classes subalternas procuram falar como as classes dominantes e os intelectuais etc.). Poderíamos esboçar um quadro de gramática normativa que age espontaneamente em cada sociedade, enquanto ela tende a unificar-se seja como território, seja como cultura, ou seja enquanto nela existe um setor dirigente cuja função seja reconhecida e seguida”.[42]

Através dos sistemas de comunicação, de ensino e de controle presentes em cada sociedade, as “*formas corretas de falar*” afirmam, socializam, consolidam e legitimam a ordem desejada pelas classes dominantes. Por sua vez, este movimento pressupõe tanto o desprezo e o julgamento negativo em relação as classes subalternas, como uma permanente readequação do sentido das palavras e das expressões correntes. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci cita, como exemplo, a evolução do sentido da palavra *villano* que de morador dos vilarejos agrícolas passou a adquirir na linguagem do senso comum o significado de pessoa mal educada associando à imagem do morador do campo a idéia de pessoa grosseira, de baixo nível. Dessa forma, ao produzir uma identidade entre as duas dimensões da palavra *villano* a gramática normativa não só desqualifica o camponês, como, através do preconceito que recai sobre ele, codifica na linguagem e torna natural algo que é produto das relações históricas: a submissão do campo à cidade.[43]

Ao redesenhar o sentido corrente de certas palavras, ao proibir o uso de outras, ao eleger determinadas temáticas em prejuízo de outras, ao vetar certas expressões, ao elogiar certos discursos e ao censurar outros que podem criar as condições de um questionamento da ordem existente, a classe dominante busca homogeneizar uma vontade coletiva, fazê-la evoluir de modo a garantir a maior conexão possível entre os seus interesse e os dos grupos subalternos.

Em outras palavras, podemos dizer que todas as formas de dominação e direção supõem gramáticas normativas que buscam desenvolver e transformar o senso comum integrando, em maior ou menor grau, os elementos culturais e lingüísticos que nascem no âmbito da vivência coletiva de um

determinado grupo social. É o caso, por exemplo, da gíria e dos assim chamados ditados populares. Ainda que inicialmente estas formas de linguagem que expressam as relações de determinados grupos sociais possam ter tido um caráter restrito e até de resistência frente à ordem vigente, os grupos dominantes tendem a incorporá-las alterando o seu sentido original para que o mesmo não oponha qualquer obstáculo ao seu projeto de dominação e, sobretudo, seja fonte de consenso.[44]

Se é na linguagem que se codificam as relações sociais presentes num determinado agrupamento humano, a própria linguagem sofrerá alterações significativas ao expressar a organização da sociedade, por exemplo, de um sistema oligárquico ou de um sistema populista. Apesar de não termos uma única linguagem oligárquica e uma única linguagem populista, podemos sem dúvida assinalar alguns traços característicos de todas as gramáticas normativas oligárquicas e de todas as populistas.

“Nas primeiras, o sujeito principal, portador dos valores fundamentais, é o senhor, o dono; nas outras é o povo despossuído. Nas linguagens oligárquicas, as massas normalmente são passivas e devem obedecer para que haja progresso social. Os verbos em voz passiva são próprios das classes chamadas «inferiores». Nas linguagens populistas o grande líder, identificado com a massa despossuída, atua com ela e suas ações recaem contra os antigos poderosos. As formas concretas nas quais se constrói a ação ou o sujeito dependerão das formas que assume a luta política e das correlações de forças que existem e se expressam na luta pela hegemonia”.[45]

Esta luta também incide sobre a linguagem e a transforma de maneira mais ou menos rápida. Por isso Gramsci diz:

“Toda vez que de uma maneira ou de outra vem a tona a questão da língua nacional, significa que uma série de outros problemas está se impondo: a formação e a ampliação da classe dirigente, a necessidade de estabelecer relações mais íntimas e seguras entre os grupos dirigentes e a massa popular-nacional, ou seja, de reorganizar a hegemonia cultural”.[46]

A linguagem, portanto, apresenta-se como um dos terrenos em que se trava a luta política e no qual se expressa uma determinada correlação de forças. Florestan Fernandes nos fornece um exemplo de quanto acabamos de afirmar. Ao falar do uso da palavra **“revolução institucional”** com referência ao golpe de Estado de 1964, ele comenta:

“O debate terminológico não nos interessa por si mesmo. É que o uso das palavras traduz relações de poder e relações de dominação. Se um golpe de Estado é descrito como «revolução», isso não acontece por acaso. Em primeiro lugar, há uma intenção: a de simular que a revolução democrática não teria sido interrompida. Portanto, os agentes do golpe de Estado estariam servindo à Nação como um todo (e não privando a nação de uma ordem política legítima com fins estritamente egoísticos e antinacionais). Em segundo lugar, há uma intimidação: uma revolução dita as suas leis, os seus limites e o que ela extingue ou não tolera (em suma, o golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava redentora;

mas, na realidade, o «império da lei» abolia o direito e implantava a «força das baionetas»: não há mais aparências de anarquia, porque a própria sociedade deixava de secretar suas energias democráticas). No conjunto, o golpe de Estado extraía a sua vitalidade e a sua autojustificação de argumentos que nada tinham a ver com o «consentimento» ou com «as necessidades» da Nação como um todo. Ele se voltava contra ela porque uma parte da nação precisava anular e submeter a outra à sua vontade e discricção pela força bruta (ainda que mediada por certas instituições). Nessa conjuntura, confundir os espíritos quanto ao significado de determinadas palavras-chave vinha a ser fundamental. É por aí que começa a inversão das relações normais de dominação. Fica mais difícil para o dominado entender o que está acontecendo e mais fácil defender os abusos e as violações cometidas pelos donos do poder.

O março de 1964 (completado pelo apogeu a que chegou o golpe em 1968-69) ilustra muito bem a natureza da batalha que as classes trabalhadoras precisam travar no Brasil. Elas precisam libertar-se da tutela terminológica da burguesia (isto é, de relações de dominação que se definem, na área da cultura, como se fossem parte do ar que respiramos ou simples «palavras-chave»). Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem «simples palavras». A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução). Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas”. [47]

Um primeiro passo nesta direção, é o estudo dos mecanismos pelos quais as elites buscam legitimar na linguagem as mudanças que se fazem necessárias na organização do Estado para que este continue garantindo a máxima expansão dos grupos dominantes.[48] Entre eles, o sarcasmo pode ser considerado como uma das expressões que evidenciam as contradições típicas de um período de transição. De fato, através do sarcasmo,

“busca-se manter o contato com as expressões subalternas, humanas, das velhas concepções e, ao mesmo tempo, acentua-se o distanciamento daquelas dominantes e dirigentes, na espera de que as novas concepções, em função da solidez adquirida através do desenvolvimento histórico, dominem até adquirir a força de «crenças populares». Estas novas concepções já foram assumidas por parte de quem adota o sarcasmo, porém devem ser expressas e divulgadas em atitude polêmica..., de outra maneira poderiam parecer algo arbitrário, individual... “. [49]

O sarcasmo, longe de solapar uma determinada ordem, busca apenas questionar atitudes, formas de comportamento, crenças e valores que já não respondem às necessidades das classes

dominantes. Ao criticar estas expressões como algo que pertence ao passado, que já está fora de moda e cuja presença impede o acesso à modernidade, a burguesia busca lançar os alicerces de uma reformulação do senso comum capaz de solidificar as condições que garantem a sua transição para novas formas de dominação. Transição que deve parecer apenas como mais uma etapa na evolução da ordem social, algo natural e alheio a qualquer interesse de classe.

Ao mesmo tempo, porém, é fundamental lembrar que a situação de subalternidade pressupõe um mundo no qual a teoria está divorciada da prática. O dominado, apesar de afirmar em palavras sua adesão aos valores e às normas dos dominadores, nunca abandona totalmente a iniciativa de defender-se perante os acontecimentos, pois ela lhe permite pôr limites à exploração e moldar seus espaços de liberdade. Esta realidade faz com que sua linguagem tenda a assumir as formas, os valores e as idéias dominantes quando o indivíduo ou o agrupamento humano se relacionam com a oficialidade ou com pessoas alheias ao seu ambiente cultural, no qual mantém vivas suas normas, identidades e referências. Com esta prática contraditória o homem-massa busca evitar a repressão ou reduzir ao máximo sua situação de exclusão social, mas, por si só, ainda não viabiliza a sua saída da situação de subalternidade.

É nesse contexto que, por exemplo, deve ser interpretado o sincretismo religioso do povo simples que ao catolicismo oficial ora integra ora opõe suas crenças, seus cultos e sua maneira de viver a fé cujas raízes encontram-se nos movimentos e nas convicções religiosas do passado. Ou, ainda, as adaptações que os cultos africanos sofreram ao chocarem-se com a dura realidade da escravidão e a imposição do catolicismo. Ainda que os escravos participassem dos rituais típicos do cristianismo, assumindo aparentemente sua linguagem e suas normas, suas crenças nos Orixás, que agora passavam a assumir os nomes dos santos cristãos, permaneciam vivas preservando parte de sua identidade cultural.

Conhecer estes elementos culturais, assumi-los, comunicar-se através deles e transformá-los em fonte de resistência eram os passos que garantiam ao escravo sua inclusão na comunidade cultural, seu participar de uma identidade coletiva que criava e recriava seu senso comum e bom senso e, de conseqüência, parte de sua própria linguagem. Uma linguagem que, como todas as outras, não era feita de sons e de símbolos vazios de conteúdo, mas de signos carregados de história e alicerçados numa determinada maneira de compreender e sentir a realidade. Estas referências, ao permearem a linguagem tornam-se vida quotidiana e sua recuperação, entendimento e transformação implicam de início em sentir e compreender a história e as práticas da comunidade cultural que lhe deu origem, em conhecer profundamente sua visão de mundo, suas contradições e suas formas de resistência.

3 - O cotidiano: ambiente para a crítica do senso comum.

Gramsci faz de sua atividade jornalística uma das formas para transformar o senso comum do povo italiano, mudar sua interpretação do mundo e sua orientação política. Tendo como base a filosofia da práxis, busca construir um ambiente cultural capaz de gestar e elaborar uma nova identidade das classes trabalhadoras numo à sua afirmação enquanto classe dirigente.

O primeiro passo nesta direção consiste na interpretação e na crítica do cotidiano vivenciado pelas classes subalternas. De fato, o cotidiano com as suas relações é o único espaço que o povo simples conhece e a partir do qual forja sua concepção da vida e da história. Nele nadam com naturalidade os sentidos comuns dos vários setores e agrupamentos sociais consolidando e desenvolvendo valores, práticas, normas de conduta, formas de defesa e resistência dos próprios grupos subalternos. É no dia a dia da vida em sociedade que se enfrentam permanentemente os diferentes interesses de classe e as concepções de mundo por eles produzidas, e onde as classes dominantes realizam transformações moleculares que tendem a criar novas condições para a sustentação de sua ordem.

Analisar e criticar o cotidiano, portanto, não significa apenas ter como base uma rica experiência de vida para dialogar com os trabalhadores, mas também captar os elementos que preparam as mudanças na vida da sociedade antes que as mesmas se manifestem na sua plenitude. Somente dessa forma é possível fazer com que as organizações dos trabalhadores se antecipem aos novos problemas que as relações transformadas irão criar, neutralizem sua ação de fortalecimento à ideologia e à ordem dominantes e veiculem suas alternativas imediatas à situação vigente.

Em outras palavras, o cotidiano é o lugar onde a exploração capitalista torna-se concreta e ganha dimensões bem definidas construindo relações que não são visíveis aos olhos do senso comum, mas que preparam e realizam o aprimoramento das condições que garantem a manutenção da ordem dominante. Por sua vez, os trabalhadores são chamados a construir neste mesmo cotidiano sua identidade e seu projeto de classe. Diante desse desafio, a simples negação da ordem existente, levada adiante pelas organizações operárias, apesar de representar a fase elementar e primitiva do processo de construção da própria identidade de classe, produz uma independência apenas instintiva que ainda está longe de possibilitar a superação da situação de subalternidade. De fato, ao não ter alternativas de ação imediata que permitam visualizar e vivenciar práticas e valores que se opõem às práticas e aos valores veiculados pelos setores dominantes, os trabalhadores organizados tendem a permanecer atrelados à direção intelectual e moral destes setores e, de consequência, a pensar a própria ordem no interior da ordem dominante.

Ao contrário, a consolidação do poder dos trabalhadores demanda um projeto de intervenção na sociedade capaz de aniquilar as relações que sustentam o Estado burguês ao mesmo tempo em que inicia a construção de outras que tendem a superar a divisão entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados, pondo fim à existência das classes e à situação de alienação das massas populares.[50]

O êxito desse projeto demanda que ele seja quotidianamente vivido pela classe. A realidade exige da própria classe a capacidade de enfrentar o senso comum e de traduzir para a vida quotidiana as grandes questões da política e da economia. Este estágio, obviamente, não pode ser alcançado da noite para o dia e, como já vimos, sua concretização tem como pressuposto a realização de um intenso trabalho cultural. Mas então, quais são os primeiros passos que abrem o caminho para a crítica e a superação do senso comum?

Em primeiro lugar, podemos dizer que os escritos de Gramsci revelam a preocupação de fazer

com que todo e qualquer aspecto da vida familiar e social sejam objeto de reflexão, questionamento e debate. Ao escrever na edição turinesa do jornal *Avanti* entre 1916 e 1920, freqüentemente Gramsci tem como objetivo de suas reflexões os fatos de crônica publicados em outros jornais, panfletos e folhetos de várias associações, a ação das autoridades locais, a visita de políticos, cardeais ou de outras personalidades «ilustres» à cidade de Turim, os problemas gerados pela primeira guerra mundial, as datas comemorativas, a troca dos nomes das ruas da cidade, a inauguração de novos monumentos, a ação da justiça, os privilégios de alguns cidadãos, as reações populares frente aos fatos de crônica e da política internacional, a ação da igreja junto à comunidade local, as homilias do Papa e as pregações sobre a primeira guerra mundial, o papel da polícia, etc. Enfim, o motivo inspirador para a reflexão é constituído por todos aqueles acontecimentos grandes e pequenos que permeiam o cotidiano, buscam formar opinião pública, consolidar valores e formas de comportamento e cujo sentido é incorporado de maneira acrítica ao senso comum como algo natural e benéfico, alheio ao jogo de interesses das classes dominantes.

De início, Gramsci busca estimular apenas a lógica formal e fortalecer os nexos de causalidade entre os fatos e os interesses de classe a eles subjacentes já percebidos pelo bom senso. Mais do que fornecer repostas definitivas, ele preocupa-se ora em colocar perguntas que convidam o homem-massa à reflexão sobre os aspectos da vida que acabam de ser questionados, ora em percorrer os sofrimentos diários das famílias operárias para desmascarar o discurso dominante sobre a situação do país e a razão desses sofrimentos, ora em ironizar sutilmente a ação dos atores sociais. Seu esforço procura alimentar a cada momento os elementos de análise que proporcionam uma primeira rearticulação do bom senso e constituem os marcos iniciais sobre os quais será possível torná-lo coerente e começar a depurá-lo dos elementos de fatalidade nele contidos.

A variação da forma literária não parece ser somente um recurso didático que proporciona a repetição de conceitos sem cansar os ouvintes. A opção prioritária pela ironia, pela narração seguida de perguntas ou, ainda, pelo aprofundamento e a rearticulação dos nexos de causalidade já percebidos pelo bom senso, depende também das respostas do senso comum aos fatos, personagens e situações que são objeto de reflexão. Por exemplo, quinze dias após o fim da primeira guerra mundial, num período em que ainda vigora a censura à imprensa, o povo sedento de paz anseia por mudanças e a burguesia, por sua vez, já mostra que não irá resolver os graves problemas que afligem a população e prepara o terreno para a sua reciclagem no poder. Gramsci ao reproduzir a trama da comédia teatral «Epidemia» reafirma e fortalece a percepção do bom senso diante dos acontecimentos: a classe dominante só se preocupa com os problemas sociais quando ela mesma é diretamente atingida e ameaçada por estes.

“Na comédia Epidemia há uma cena que retrata uma sessão na Câmara dos Vereadores de uma cidade francesa próxima à costa. No arsenal desenvolveu-se uma epidemia de febre tifóide: os soldados morrem; algumas autoridades protestam junto à prefeitura que não toma providências para sanear os quartéis, canalizar o esgoto e levar água encanada à todo o município. Os juizes já mandaram prender um açougueiro, assessor do prefeito, ele mesmo republicano, democrata e patriota, porque vendeu carne estragada aos soldados. Os vereadores se agitam e elevam seus protestos. A assessoria médica, símbolo da ciência e da

lógica colocadas a serviço dos interesses de classe, sustenta a idéia de que a higiene é uma invenção reacionária, que a carne estragada tem propriedades benéficas para o estômago, que a febre tifóide sabe respeitar as hierarquias, e que aliás é por isso que só atinge os soldados, mas não os oficiais, a plebe e o exército de miseráveis da cidade, mas não a burguesia. Os vereadores se entusiasmam diante das palavras da ciência e o seu entusiasmo alcança o delírio patriótico quando alguém relembra aos presentes a missão heróica da epidemia, que vai acostumando os soldados à idéia de morrer pela pátria e em nome de um ideal.

De repente, heis que entra na sala um mensageiro de desgraças: a febre tifóide acaba de matar um burguês, um burguês baixinho e barrigudo, de pernas magras e de barriga bem esticada no colete. Começa o corre-corre. As mais legítimas e respeitadas opiniões foram pisoteadas pela realidade. É nesse instante que a higiene é reabilitada, o colega açougueiro é ameaçado com a cadeia, vota-se um orçamento de milhões e milhões de liras para as obras de saneamento básico, para a reestruturação dos quartéis, para todas aquelas providências que se fazem necessárias para garantir a integridade física da burguesia, insidiada e ameaçada por tantos males cruéis”.[51]

Nesse texto não há perguntas, mas somente afirmações pelas quais recoloca-se diante do senso comum a fria lógica dos interesses dominantes, exatamente num momento em que as mudanças por ele esperadas só acontecerão se estiverem em sintonia com as necessidades da burguesia.

Em outros escritos, Gramsci desenvolve suas reflexões sobre fatos corriqueiros aparentemente insignificantes na vida da cidade. Apesar de atingirem somente um grupo limitado de pessoas são ótimos exemplos para fazer com que o senso comum comece a perceber que todo momento da vida sociedade está sendo moldado de acordo com interesses bem definidos. Ao comentar o som das cornetas que nas primeiras horas da manhã acordava os soldados do quartel e, de quebra, a população que morava nos arredores, e as lições de corneta que constituíam uma das primeiras atividades nas quais os soldados eram diariamente envolvidos, Gramsci escreve:

“Os problemas diários são, por si só, suficientes para mergulhar os moradores da cidade naquela tensão que os distingue dos calmos e invejáveis camponeses. Será que não é mesmo possível evitar estes outros aborrecimentos, como o da escola de corneta, para a qual poderia ser encontrada sem grandes dificuldades outra solução? Entendo perfeitamente que para a autoridade tutoria o cidadão não passa de um contribuinte que tem somente o sagrado dever de pagar os impostos sem se queixar, de aceitar sem protestos todos os desmandos que até os simples monopolizadores das indústrias cívicas acreditam ter o direito de impor-lhe, de não perturbar o público sossego etc., e que, quanto ao resto, deve procurar resolver sozinho suas questões e não tomar para si a obrigação de organizar as soluções dos problemas coletivos. Mas, como acredito que se amanhã tivesse vontade de alugar um apartamento no prédio onde mora o prefeito ou o comandante do quartel, e montar nele uma escola de corneta que começasse suas atividades bem cedo de manhã, iria ouvir gritos e protestos (...) e seria jogado para fora do prédio sem muitas explicações, assim acredito que numa cidade onde

prega-se a higiene e quem cospe no bonde é multado, seria um dever para que se tomassem providências para que (...) as escolas de corneta fossem alojadas em lugares adequados”.[52]

Seja qual for o aspecto que serve como motivo inspirador para levantar, rearticular e fazer avançar o senso comum e o bom senso, o importante é fazer com que as relações sociais expressas pelos fatos deixem de ser percebidas como algo natural, como obra do acaso. Interpretar e criticar o cotidiano a partir dos interesses das classes trabalhadoras significa em primeiro lugar percorrer o caminho inverso ao da naturalização das relações históricas que alimenta a situação de subalternidade à ordem burguesa. Trata-se, pois, de desvendar constantemente como cada acontecimento e cada aspecto da vida em sociedade obedece a interesses de classe bem definidos e contribui em maior ou menor grau para a manutenção, a reprodução ou o aperfeiçoamento das relações de exploração vigentes.

Por exemplo, ao comentar a campanha protecionista do Círculo dos Artistas para dar às crianças italianas um brinquedo italiano, e em função da qual havia sido organizado um concurso com regras e critérios bem definidos para a avaliação de cada brinquedo, Gramsci escreve:

“O que é que as crianças irão pensar disso tudo? Quais serão os critérios mais importantes que elas usarão para avaliar os brinquedos? O Círculo dos Artistas adotou como ponto de partida critérios de educação estética, estabeleceu uma escala de valores com a qual julgar os brinquedos e excluir aqueles que, de acordo com o seu parecer, eram feios. (...) Ora, não são os artistas que devem julgar os brinquedos, ainda que Páscoli em seus poemas tenha dito que em cada um deles fala uma criancinha. Para as crianças não tem nenhuma importância que um brinquedo seja feio ou bonito, e os alemães, que são mestres em penetrações comerciais, têm plena consciência disso. Não é por acaso que os hipopótamos de péssimo gosto por eles fabricados, as bonecas de pano, aqueles horríveis focinhos todos cheios de costuras tinham se afirmado no comércio exatamente pela sua feiúra, pela sua impessoalidade artística.

A criança não quer que o brinquedo mande sobre ela com sua imagem de linhas harmônicas perfeitas e bem definidas, ela quer que o brinquedo lhe deixe ampla liberdade de criação. É a sua fantasia que cria o brinquedo e não o contrário. Para as crianças tanto a aritmética como a beleza não passam de mera opinião; dois mais dois pode ser igual a um milhão e o mais surrado boneco pode suscitar imagens, fantasias e brincadeiras que o brinquedo mais perfeito, saído das mãos do escultor Leonardo Bistolfi não é capaz de suscitar. A criancinha que dorme no coração dos artistas (especialmente se estes pertencem a um Círculo) já foi demasiadamente educada e já recebeu sobre sua pele um número muito grande de mãos de tinta e outros enfeites para que ainda possa lembrar das coisas esquisitas e das birras que fez quando era pequena. O contador Eugênio Chiesa, com seu gosto de açougueiro, pode julgar melhor os brinquedos do que o próprio Bistolfi: no fundo não há preocupações com a beleza mas somente com as vendas, que é a mais nobre das preocupações para a formação de uma indústria nacional. De fato, para vender não é preciso ter preconceitos ou ter o propósito de desenvolver programas de educação artística, mesmo porque o belo não pode ser ensinado

assim como se faz com o alfabeto e a tabuada. Na verdade, o Círculo dos Artistas quis apenas demonstrar que a própria arte pode ser transformada num lançador de bombas para a guerra econômica. Tudo isso poderia ser apenas uma mania inocente se a pagar o preço não fosse a carteira dos pais de família, obrigados por leis restritivas de alfândega a comprar brinquedos que talvez seus filhos jogarão fora sem olhar”.[53]

Este mesmo processo que busca desvendar as relações de dominação que o cotidiano fluir dos acontecimentos tende a ocultar, pode ser encontrado com todas as suas particularidades em dezenas e dezenas de outros escritos. Entre eles, estão os que buscam criticar e destruir, através das próprias contradições do sistema, o mito da concórdia nacional alimentado pelas classes dominantes. Diante da posição da censura que havia proibido a publicação no jornal Avanti das posições assumidas pelos socialistas diante da grave crise política e militar que o país enfrentava, Gramsci comenta:

“Hoje em dia está na moda falar em «concórdia nacional» e os apelos em seu favor saídos do Parlamento propagam-se em todos os jornais, reuniões, assembléias, em fim em todas as associações. Mas o que se entende por concórdia nacional? O que se pede em seu nome ao proletariado? A supressão voluntária de toda diferença de pensamento? A renúncia à tutela dos próprios ideais e dos próprios interesses? Que partido e que classe social renunciaram de verdade às suas idéias e aos seus privilégios? É novidade que os pregadores divulgam diante dos soldados e das altas autoridades militares que participam dos cultos que a derrota é uma prova pela qual Deus quer fazer passar a Itália? É tão nova assim a oferta feita ao prefeito de Turim, por parte de uma sociedade católica, de entregar a um certo número de senhoras a tarefa de moralizar os que voltam dos campos de batalha? Obviamente, trata-se de moralizar catolicamente! Será que tivemos um único empresário que tenha renunciado aos super lucros da guerra ou um único proprietário de casas que tenha reduzido o aluguel a uma família desamparada?

A verdade é que em todos esses graves momentos a vida dos indivíduos, das categorias e das classes continua tendo suas necessidades econômicas, políticas, morais e que, portanto, a concórdia nacional só pode ser alcançada com a compressão e a supressão de uma parte em favor da outra”.[54]

Seja qual for o assunto, a forma com o qual será abordado, a insistência com a qual serão repetidos em ocasiões e contextos diferentes os conceitos que proporcionam a superação de uma visão mágica e fatalista da vida e a percepção das relações sociais como fruto de um determinado desenvolvimento histórico, os escritos de Gramsci buscam a cada instante solapar o senso comum **construindo a dúvida** na cabeça do homem-massa.

Conhecendo suas resistências e a força de suas crenças, é ilusório pensar que o senso comum veiculado e alimentado pelas classes dominantes pode ser derrubado após os primeiros golpes. Trata-se, portanto, de estabelecer com o homem-massa um canal de comunicação que, trabalhando sua realidade, seu senso comum e bom senso, o leve a identificar as contradições que estão presentes na

vida em sociedade e na sua própria concepção de mundo. As contradições assim evidenciadas servirão de alicerce sobre o qual deverão ser construídas as dúvidas e as perguntas que questionarão as crenças, práticas, valores e rituais presentes no senso comum e no bom senso.

4 - O papel dos intelectuais na construção do poder dos trabalhadores.

Já vimos como os intelectuais da burguesia trabalham o senso comum no sentido de fortalecer os mecanismos que garantem a máxima expansão do grupo dominante e reforçam a posição de subalternidade do proletariado integrado às necessidades do capital. Sua ação, ao consolidar a separação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, cria e recria as condições para o exercício da dominação de uma minoria sobre a ampla maioria da sociedade.

Diante desta realidade, os dirigentes e os intelectuais que se dedicam à construção de uma nova ordem que tenha como objetivo a completa emancipação das classes trabalhadoras não podem deixar de responder a estas questões:

“Queremos que existam sempre governantes e governados, ou queremos criar as condições nas quais desapareça a necessidade da existência desta divisão? Ou seja, estamos partindo do pressuposto da eterna divisão da humanidade, ou acreditamos que ela seja apenas um fato histórico, que responde a determinadas condições?”[55]

Nesse contexto, as organizações proletárias serão revolucionárias não porque se denominam como tais, mas porque suas ações levam as classes trabalhadoras a vivenciar no seu cotidiano, e, portanto, a assimilar como sua a tarefa de construir uma nova ordem social na qual seja superada esta divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Entre outras coisas, este projeto exige do proletariado a capacidade de enfrentar o senso comum e de traduzir para a vida cotidiana as grandes questões da política e da economia, hoje dominadas por poucos.

Para que isso se torne realidade, intelectuais e dirigentes devem incorporar as expressões do bom senso e as formas de resistências presentes na identidade cultural de um determinado agrupamento humano. Neste processo, constroem uma relação de confiança que lhes permite dialogar e agir abertamente com uma linguagem de gestos, símbolos, valores e idéias que podem ser entendidos e assimilados.

Uma vez aberto esse canal de comunicação com o homem-massa e o grupo no qual ele vive e se identifica, trata-se de ordenar os elementos do senso comum e do bom senso dos quais é portador, explicitar os pressupostos, as visões de mundo que os sustentam, suas contradições, a que interesses históricos, particulares e de classe respondem, o fato destes interesses e destas concepções servirem de base para a construção de uma determinada ordem que desenvolve impasses e impõe limites precisos à vida em sociedade. O trabalho de tornar unitária e coerente uma concepção de mundo

desenvolve-se assim num processo prático-teórico no qual

“a compreensão crítica de si mesmo (enquanto indivíduo e enquanto classe) ocorre através de uma longa luta de «hegemonias» políticas, de direções contrastantes, antes no campo da ética e, em seguida, da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real”.[56]

É por este caminho que incorpora as vivências quotidianas do homem-massa, que é possível começar a romper com sua integração, ativa ou passiva, à ordem dominante, e fazer-lhe perceber que somente transformando o mundo que o rodeia e as relações que nele estão presentes ele potencializa e desenvolve sua própria individualidade. Em outras palavras, trata-se de fazer com que o homem-massa tome consciência de que a sua individualidade só pode se realizar na medida em que a sua ação altera as relações com o mundo externo e que esta alteração supera progressivamente o estágio individual, torna-se coletiva e assume as características de um projeto de intervenção política enquanto classe. Ou seja, a incorporação do bom senso e de suas práticas não visa a absolutização das mesmas, mas apenas constitui o primeiro passo para que estes mesmos elementos sejam criticados e superados e ao gerar rupturas com determinadas visões de mundo façam evoluir para novos patamares a própria identidade cultural, as práticas e as vivências do indivíduo e do grupo.

De fato, o bom senso implícito nas formas de defesa e resistência frente à ordem dominante, a percepção primária da exploração e dos nexos de causalidade dos acontecimentos históricos, apenas constituem o «núcleo sadio» do senso comum, mas, por si só, não reúnem condições suficientes para levar as classes trabalhadoras a romper com sua situação de subalternidade. O processo prático-teórico que ordenará estes elementos, os criticará a partir das contradições neles presentes, explicitará os interesses históricos das visões de mundo neles contidos e levará a classe a construir as condições que possibilitarão uma ordem social e uma visão de mundo coerentes com suas práticas e interesses de classe, terá na figura do intelectual orgânico o agente educador das massas. Para cumprir com esta tarefa, ele deverá manter com o povo simples

“a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática”.[57]

isto é uma relação íntima e orgânica que permite elaborar e tornar coerentes os princípios e os problemas que as massas colocam com sua prática. Pois,

“somente através desse contato uma filosofia torna-se «histórica», depura-se de todos os elementos individualísticos de natureza individual e se faz vida”.[58]

Como vimos, ao expressar os anseios e os sentimentos de um determinado agrupamento humano, a ação dos intelectuais produz nele traços de uma nova identidade cultural. Pouco a pouco, estas mudanças criam condições favoráveis para reorientar o senso comum e transformá-lo diante das evidências históricas que a própria ação e reflexão individual e coletiva permitem visualizar em níveis cada vez mais profundos. O movimento de educação recíproca que se instala entre os intelectuais e a massa do povo simples vai permitir a passagem do saber ao sentir e do sentir ao saber. De fato,

“O elemento popular «sente», mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual «sabe», mas nem sempre compreende e especialmente «sente». Os dois extremos, portanto, são, de um lado, o pedantismo e o filisteísmo e, de outro, a paixão cega e o sectarismo. Isso não significa que a pessoa pedante não possa estar apaixonada, ao contrário; a pedante apaixonada é tão ridícula e perigosa quanto o sectarismo e a demagogia levados aos extremos. O erro do intelectual consiste em acreditar que seja possível saber sem compreender e sobretudo sem sentir e estar apaixonado (não somente do saber em si, mas do objeto do saber) ou seja, que é possível ser intelectual (e não simplesmente um pedante) mesmo quando ele distingue-se e afasta-se do povo-nação, isto é sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as numa determinada situação histórica, conectando-as dialeticamente às leis da história, à uma concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, o «saber»; sem esta paixão, sem esta conexão de sentimentos entre intelectuais e povo-nação não é possível fazer história política. Na ausência dessa conexão, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou reduzem-se, à relações de ordem puramente burocrática, formal; os intelectuais tornam-se uma casta ou um sacerdócio (chamado centralismo orgânico)”.[59]

Nesse contexto, é fácil perceber que a unidade prático-teórica entre o homem-massa e os intelectuais não poderá se dar restando o avanço destes, mas deverá ser buscada no máximo e simultâneo desenvolvimento de intelectuais e massa, através da inserção orgânica destes no dia a dia da própria massa.[60] Pouco a pouco, a própria relação de confiança entre intelectuais/dirigentes e indivíduos/grupos que constituía a razão pela qual estes últimos colocavam-se em movimento, deverá ser superada pela compreensão racional da realidade e da necessidade da ação. Ou seja, progressivamente, indivíduos e grupos deverão construir sua visão de mundo e sua ação de acordo com os interesses da classe não apenas porque confiam em suas lideranças, mas, sobretudo, porque compreendem a realidade e estão convencidos quanto às tarefas históricas que a eles se impõem. Em outras palavras, sua adesão a um programa e sua ação na sociedade deverá ser algo que passa a ser assumido de forma racional e consciente.

Neste processo onde a prática e a teoria se interpenetram no cotidiano da história, é possível modificar o conjunto das condições concretas que realizam a vontade de mudança dos indivíduos e da classe e potencializar suas ações. Essa vontade, para Gramsci, deve ser sinônimo de

“consciência dos fins, que por sua vez significa noção exata do próprio poder e dos meios que a tornam ação. Significa, portanto, em primeiro lugar, distinção, individualização da classe, vida política independente daquela de outra classe, organização compacta e disciplinada de acordo com metas específicas próprias, sem desvios e hesitações. Significa impulso retilíneo rumo ao objetivo máximo, sem aqueles alegres passeios pelos verdes campos que estão à margem do caminho, para beber no copo da cordial irmandade, comovidos pela beleza dos campos e pelas suaves declarações de respeito e de amor”.[61]

A relação entre a “filosofia superior” e o senso comum, assegurada pela ação política de

intelectuais e massa, não se limita a ter como meta histórica a simples criação e implementação de novas idéias, mas busca construir a cada instante uma nova sociedade desenvolvendo plenamente a capacidade e a potencialidade das classes trabalhadoras de compreenderem e transformarem o seu cotidiano.

A filosofia da práxis cumprirá com sua crítica real à filosofia e visão de mundo burguesas quando consolidará e tornará hegemônica uma nova ordem social, na qual já vinha sendo gestado um novo homem coletivo capaz de gerir a sociedade em todos os seus aspectos e de intervir diretamente nela com todo o seu ser, não na lógica do lucro, da competição, da obsessão pela posse e pelo consumo, próprias do individualismo burguês, mas da solidariedade e do atendimento às necessidades de todos.

Emílio Gennari - Caixa Postal 16.649, CEP: 03149- 970, São Paulo - SP

E-mail: corujavermelha@terra.com.br

Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o JavaScript terá de estar activado para que possa visualizar o endereço de email

Bibliografia:

DIAS EDMUNDO FERNANDES, “**Hegemonia: nova civiltá ou domínio ideológico?**”, em História e Perspectiva Nº 5, Universidade Federal de Uberlândia, julho-dezembro de 1991.

GRAMSCI ANTÔNIO, **Cronache Torinesi 1913-1917**, Einaudi Editore, Torino 1980.

GRAMSCI ANTÔNIO, **Il Nostro Marx 1918-1919**, Einaudi Editore, Torino 1984.

GRAMSCI ANTÔNIO, **La Cittá Futura 1917-1918**, Einaudi Editore, Torino 1982.

GRAMSCI ANTÔNIO, **La Questione Meridionale**, Editori Riuniti, Roma 1982, 3ªedição.

GRAMSCI ANTÔNIO, **Lettere dal Cárcere**, Einaudi Editore 1975.

GRAMSCI ANTÔNIO, **Quaderni del Cárcere**, edizione crítica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Einaudi Editore Torino 1977.

HAMYOSHI HITOMI ALBERTO, **Ideologia, relações sociais e subjetividade - Estrutura ideológica e formas sociais de consciência**, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Novembro de 1993.

PAOLI ANTÔNIO, **La lingüística en Gramsci - Teoria de la comunicacion política**, Premia Editora, Puebla 1989, 3ªedição.

Notas

[1]**Quaderni del Cárcere**, pg. 1550-1551.

[2]**Quaderni del Cárcere**, pg. 1375.

[3]**Quaderni del Cárcere**, pg. 1377.

[4]Ao responder no jornal “Avanti!” do dia 20 de outubro de 1916 a uma carta aberta à população do Doutor Agostino Faracovi, Gramsci escreve: “Faracovi é um autêntico representante da farmácia clássica: daquela farmácia onde digere-se o jornal e produz-se opinião pública, o lugar onde são discutidas as mais elevadas questões da vida e do espírito e a filosofia, a literatura, a poesia e a religião são reduzidas a comprimidos baratos, adoçados com pó de alcaçuz, para o paladar dos bons moradores da Vila”. Texto recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917** pg. 586.

[5] Neste sentido, Gramsci escreve: “O ser humano deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa objetivos ou materiais com os quais o indivíduo tece uma relação ativa”. Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1338.

[6] **Quaderni del Cárcere**, pg. 1380.

[7] **Quaderni del Cárcere**, pg. 1380.

[8] **Quaderni del Cárcere**, pg. 1388.

[9] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1391.

[10] Em “Il Grido del Popolo”, 29/01/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917**, pg. 100.

[11] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1392.

[12] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1379.

[13] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1376.

[14] Um dos preconceitos mais difusos e enraizados na Itália tinha, e ainda tem, como pólos que se repeliam reciprocamente as massas camponesas do sul e os operários do norte industrializado. A expressão mais característica do ódio violento entre operários e camponeses era uma frase de Camillo Prampolini conhecida em toda Itália: “L’Itália si divide in nórdici e súdeici” na qual a palavra “súdeici” era ao mesmo tempo sinônimo de moradores do sul e de “sujos”. Ao tratar da necessidade do Partido Comunista organizar os camponeses do sul, Gramsci comenta: “Para que este trabalho de organização seja possível e eficaz é necessário que o nosso partido se aproxime, e muito, dos camponeses do sul, que o nosso partido destrua no operário da indústria o preconceito apregoado pela propaganda burguesa de que o sul da Itália é uma bola de chumbo que entrava os mais grandiosos desenvolvimentos da economia nacional, e destrua no camponês do sul o preconceito ainda mais perigoso que o leva a ver o norte da Itália como um único bloco de inimigos de classe”. Este trecho foi extraído do livro **La questione meridionale** pg. 128. A citação de Prampolini encontra-se no mesmo texto a pg. 148.

[15] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1399-1400.

[16] Resumimos aqui o conteúdo da crítica teatral “«Nuda» di Borg” recolhida em **La Città Futura 1917-1918**, pg. 961.

[17] Em **La Città Futura 1917-1818** pg. 13.

[18] Em **Quaderni del Cárcere** pg. 1874.

[19] Em “Avanti!” 07/11/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917** pg. 614.

[20] Trata-se de Alessandro Manzoni, autor do romance *Os noivos*.

[21] Em “Avanti!” 01/09/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917** pg. 522.

[22] Em “Avanti!” 21/06/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917** pg. 393.

[23] Em “Avanti!” 01/01/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917** pg. 47.

[24] Durante a primeira guerra mundial, o Estado Italiano ao comprar toda a produção bélica garantia aos industriais um mercado cativo. Esta situação assegurava aos empresários a possibilidade de vender suas mercadorias muito acima dos preços de produção.

[25] Em “Avanti!” 29/03/1917, recolhido em **La Città Futura 1917-1918** pg. 102-103.

[26] Em “Avanti!” 29/03/1917, recolhido em **La Città Futura 1917-1918** pg. 103.

[27] Em “Avanti!” 29/05/1917, recolhido em **La Città Futura 1917-1918** pg. 179-180.

[28] Ambos os trechos foram publicados no “Avanti!” de 01/06/1917 e recolhidos em **La Città Futura 1917-1918** pg. 183.

[29] Olhando para a nossa história, basta pensar, por exemplo, na figura do ex-presidente Fernando Collor como caçador de marajás que, em nome de uma cruzada nacional contra a corrupção cumpriu o papel de derrotar as oposições e abrir caminhos para a implantação das políticas neoliberais. Ou, ainda, na idéia do povo brasileiro como povo bonzinho, cordial e pacífico que, automaticamente, condena como desordem e baderna todas as ações que buscam questionar a ordem vigente. E assim por diante ...

[30] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1513.

[31] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1520.

[32] Em **Quaderni del Cárcere** pg. 1521.

[33] Em **Quaderni del Cárcere** pg. 1519.

[34] A este respeito Gramsci escreve: “Croce como homem de partido. Distinção do conceito de partido: 1 - O partido enquanto organização prática (ou tendência prática), isto é enquanto instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e

internacional. Neste sentido, Croce nunca pertenceu a nenhum dos grupos liberais, ao contrário ele sempre combateu essa idéia e a realidade dos partidos permanentemente organizados e sempre se pronunciou a favor dos movimentos políticos que não tem um «programa» definido, «dogmático», permanente, orgânico, mas tendem a resolver os problemas políticos imediatos na medida em que estes aparecem. (...). 2 - O partido como ideologia geral, superior aos vários agrupamentos mais imediatos. Na realidade, a maneira de agir do Partido Liberal na Itália após 1876 foi a de apresentar-se ao país como uma «ordem esparsa» de frações e grupos nacionais e regionais. Eram frações do liberalismo político tanto o catolicismo liberal dos populares, como o nacionalismo, as uniões monárquicas, o Partido Republicano e boa parte do socialismo, tanto os radicais democráticos quanto os conservadores, tanto Sonnino-Salandra, como Giolitti, Orlando Nitti e companhia. Croce foi o teórico daquilo que todos esses grupos, grupelhos, camarilhas e máfias tinham em comum, o chefe de um escritório central de propaganda do qual todos estes grupos beneficiavam-se e serviam-se, o líder nacional dos movimentos culturais que nasciam para melhorar as velhas formas políticas”. Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1352-1353.

[35] Em **Quaderni del Cárcere** pg. 1216-1217.

[36] Em **Lettere dal Cárcere**, pg. 613.

[37] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 958-959.

[38] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 2070-2071.

[39] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1543-1545.

[40] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1545.

[41] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1547-1548.

[42] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 2342-2343.

[43] No Brasil podemos dizer que ocorreu o mesmo processo com o sentido do termo vilão que, de morador das vilas passou a ser sinônimo de sujeito rude, grosseiro, desprezível e até mesmo de bandido. Um outro exemplo da mudança de sentido das palavras, nos é dado pelo termo radical. De alguém que com suas discussões e ações vai à raiz dos problemas, ser radical passou a representar uma pessoa que pratica esportes radicais como pára-quedismo, asa delta, surf, etc.

[44] Quando o desemprego aumenta, o velho ditado antes pingar do que secar volta a ocupar um lugar de destaque nas expressões do senso comum. As elites começam a trabalhar exaustivamente a idéia de que, no fundo, é melhor contentar-se do que se tem do que correr o risco de perder tudo, de que tem gente em condições piores do que as nossas, e assim por diante. Mais uma vez, trata-se de levar as pessoas a conformar-se com sua situação de penúria, fazendo recuar as possibilidades de uma convulsão social. Queremos ressaltar, porém, que somente parte das expressões das classes

subalternas, sejam elas gírias ou ditados populares, são incorporadas na linguagem dominante e tem seu sentido original alterado. Em geral ditados como água mole em pedra dura tanto bate até que fura, que expressam uma forte carga de lutas ou de situações de resistência coletiva são simplesmente esquecidos ou, quando aparecem, tem seu sentido abertamente criticado e demarcado pelos limites da ordem vigente.

[45] Em PAOLI Antônio **La lingüística en Gramsci - teoria de la comunicacion política**, pg. 44.

[46] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 2346.

[47] Em **O que é revolução**, Abril Cultural/Brasiliense, São Paulo 1984, pg. 8-10.

[48] Por Estado entendemos o conjunto de meios e instituições econômicas, políticas, jurídicas, militares e ideológicas pelas quais os setores dominantes garantem a exploração das classes trabalhadoras e procuram criar as condições para que ela possa permanecer e se aprofundar no futuro.

[49] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 2301.

[50] Por alienação entendemos aqui tanto a falta de consciência em relação aos problemas políticos e ao desenrolar-se da trama social, como o processo de exploração e empobrecimento das classes trabalhadoras. Processo pelo qual ao trabalhador só resta a propriedade de sua força de trabalho.

[51] Em “Avanti!” 19/11/1918, recolhido em **Il Nostro Marx 1918-1919**, pg. 407-408.

[52] Em “Avanti!” 24/02/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917**, pg. 151-152.

[53] Em “Avanti!” 10/03/1916, recolhido em **Cronache Torinesi 1913-1917**, pg. 182-183.

[54] Em “Avanti!” 08/11/1917, recolhido em **La Città Futura 1917-1918**, pg. 429.

[55] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1385.

[56] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1385.

[57] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1382.

[58] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1382.

[59] Em **Quaderni del Cárcere**, pg. 1505-1506.

[60] Trata-se de fazer exatamente o contrário do que ocorre na igreja católica que com sua férrea disciplina evita que as esferas mais elevadas de sua intelectualidade se afastem dos fiéis que

constituem o povo simples. De fato, na igreja, o movimento progressivo dos intelectuais, ao tentar responder aos questionamentos da ciência e da filosofia, gera, com sua constante busca de racionalidade e historicidade, uma tensão constante no interior da própria igreja que tende a colocar em cheque a fé e a religiosidade do povo simples. Por isso, a hierarquia não hesita em tomar medidas que possam conter o avanço dos seus intelectuais e fazer com que o ritmo das mudanças no interior da igreja seja tão lento e metódico que as mesmas acabam não sendo percebidas pelos fiéis.

[61] Em **“Il Grido del Popolo”** 04/05/1918, recolhido em *Il Nostro Marx 1918-1919*, pg. 6.